

As oficinas de Educação Patrimonial como mediadoras de saberes – A experiência do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho na construção coletiva de uma educação para o patrimônio

Samuel José Santiago¹

Maíra Lopes Rocha²

Flávia Lemos Mota de Azevedo³

Fátima Gonçalves da Silva⁴

OFICINAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO CEMUD

A educação patrimonial vem sendo defendida como uma importante prática pedagógica a ser empregada nos mais diversos espaços de sociabilização e educação relativas à preservação do patrimônio. Entendendo a importância dessa temática, o Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho UEMG – Unidade Divinópolis (CEMUD), reconhecido como Ponto de Memória pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), propõe essas oficinas e as realiza simultaneamente ao período escolar da educação básica desde 2014. As oficinas têm como principal objetivo a sensibilização dos estudantes sobre a importância da preservação do patrimônio histórico, social, político, econômico e cultural do centro-oeste mineiro e contam com toda uma metodologia que fundamenta esta proposição. Este artigo busca elucidar

¹ Graduando em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis, Bolsista PIBID - CAPES. E-mail: samujsantiago@gmail.com

² Graduanda em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis, Bolsista PIBID - CAPES. E-mail: mairalopesr@gmail.com

³ Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais, mestre em História pela UnB, Coordenadora de Área - PIBID - CAPES. E-mail: flavia.azevedo@uemg.br

⁴ Graduada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis, Bolsista PIBID - CAPES. E-mail: fatima.goncalves29@yahoo.com.br

a questão patrimonial, ressaltando a relevância das práticas educacionais neste campo e apresentando um breve panorama das oficinas realizadas no CEMUD.

Procurando apontar referências de práticas culturais relevantes para que esses sujeitos se sintam produtores de cultura e para que se apropriem de suas heranças culturais, as oficinas de educação patrimonial buscam também a valorização de suas experiências e vivências no cotidiano de suas comunidades. As atividades são pensadas com o propósito de mostrar a esse indivíduo que no cotidiano de sua escola, de sua cidade e região ocorrem a todo momento manifestações culturais que representam a história e memória de pessoas comuns. Neste sentido, todo o arcabouço cultural já apropriado pelos estudantes em sua dia-a-dia é somado ao acervo do CEMUD que conta com mais de 60 mil documentos relativos à história do centro-oeste mineiro e se encontra disponível para toda a comunidade, seja no espaço físico do Centro de Memória ou em seu portal virtual Em Redes (www.emredes.org.br). Outro fator importante desse trabalho de integração entre memória e educação que promove o acesso a esses documentos ao mesmo tempo em que incentiva novas produções culturais é a construção mútua de reconhecimento e valorização da história e da cultura regional entre esses estudantes, professores e a sociedade.

Para realização das oficinas de educação patrimonial é feito um treinamento com discentes voluntários de várias áreas de graduação da UEMG – Unidade Divinópolis, para que possam desenvolver e aplicar as ações extensionistas. A educação acadêmica neste momento também é pensada além dos muros da universidade, fazendo uma integração entre comunidade, alunos e professores, e essa participação estudantil multidisciplinar também se mostra muito positiva para ampliar as possibilidades de alcance do debate patrimonial, pois promove o compartilhamento do conhecimento e a comunhão de saberes nessas respectivas áreas de atuação. Toda essa preparação é adequada à recepção do público alvo, composto por estudantes do ensino fundamental e médio das escolas públicas da região, que são convidadas pelo Centro de Memória ou que nos procuram espontaneamente.

As oficinas trazem um cronograma de apresentações sobre patrimônio que estão na seguinte ordem: apresentação do tema com auxílio de slides, exposição de fotos do acervo do CEMUD no “Varal da Memória”, confecção dos mapas de percepção e confecção de bilhetes para a “Árvore do Patrimônio” – ao fim deste

artigo são apresentados alguns resultados dessas atividades. O primeiro momento de exposição consiste na conceituação de patrimônio, cultura, identidade e as especificações de patrimônio material e imaterial. A partir disso, a apresentação de fotos auxilia os estudantes na apropriação da memória local e as dinâmicas práticas dos mapas de percepção e da Árvore de Patrimônio promovem a atuação dos participantes enquanto produtores e reprodutores de cultura. Depois de realizadas as atividades, apresentamos o portal Em Redes como ferramenta de pesquisa permanente sobre a história e memória do centro-oeste mineiro. Toda a oficina tem duração média de duas horas.

Perceber a compreensão do tema pelos estudantes através de suas próprias produções nos dá a sensação de que o objetivo das oficinas patrimoniais é atingido ao passo em que o olhar afetivo acerca do patrimônio se encontra com o olhar técnico. Com o encerramento das atividades, fazemos o arquivamento de todo material produzido, o que nos possibilita fazer essa avaliação positiva. A transmissão de conhecimento se dá de forma tão rica que é recíproca para ambas as partes envolvidas e, neste artigo, buscaremos compartilhar essa nossa experiência ressaltando a relevância da educação patrimonial para educadores, educandos e toda a sociedade.

PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O termo “Educação Patrimonial”, citado em 1983 no “I Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos”⁵, denota o início da preocupação em propor, por parte das instituições de preservação do patrimônio, uma relação mais próxima da sociedade através da construção coletiva de bens culturais utilizando-se de projetos educacionais com práticas pedagógicas mais democráticas e plurais. Nunca houve dúvidas sobre o caráter primordial da educação como política pública para o incentivo à preservação do patrimônio cultural, mas este modo de fazer vem superando de forma efetiva o viés verticalizado e institucional de transmissão do conhecimento. Atualmente, discussões sobre patrimônio levantam questões sobre essa tutela do Estado que emoldura certo “tipo ideal” de patrimônio e propõem a concepção de valores culturais socialmente construídos.

⁵ SIVIERO, 2015, p. 80

O reconhecimento sobre o campo da educação patrimonial vem se refletindo na inserção desse conteúdo na prática escolar da educação básica, mas um grande avanço nessa questão é o entendimento de que essas oficinas podem e devem ser ministradas nos mais diversos ambientes em que haja comprometimento com a preservação do patrimônio cultural. Essa penetração no campo social é o que de fato dá sentido à premissa de construção coletiva do saber, e assim o alinhamento entre teoria e prática resulta satisfatoriamente nos princípios que entendemos como fundamentais nessa metodologia: instigar na população o sentimento de pertencimento, identidade e cidadania, e reforçar a autoestima coletiva destes que são legítimos produtores de cultura.

Partindo da realidade própria do indivíduo, esse sentimento de reconhecimento e preservação se dá de forma muito mais intrínseca, abrangente e significativa, porém, no nosso trabalho com crianças e adolescentes nos deparamos sempre com o grande desafio que é a assimilação prévia do assunto. Já nas etapas iniciais das oficinas, quando fazemos a elucidação do objeto de estudo, essa dificuldade se apresenta através do desinteresse ou da participação tímida dos envolvidos, exigindo de nós,icineiros e professores, uma orientação mais precisa, envolvente e consequentemente mais instrutiva. A partir dessa direção mais sistemática é que captamos a gradual apreensão dos alunos e assim se dá o desenvolvimento das atividades, nos deixando a indagação sobre qual é a razão dessa dificuldade.

O principal intuito dentro de uma oficina de Educação Patrimonial é que quem dela participa compreenda em seu entorno os bens patrimoniais presentes em seu cotidiano, mas não há como esperar que essa compreensão seja homogênea. Devemos levar em conta fatores sociais que afetam diretamente a realidade dessas crianças e adolescentes e que vão impulsionar ou afastar mesmo a assimilação de conceitos simples. É neste sentido que se faz necessário o trabalho de conceituação durante a oficina, pois além de servir como base para o desenvolvimento de toda a atividade, em muitos casos este será o primeiro contato do estudante com o conteúdo. Mas para além dessa ação prática, devemos pensar nessa defasagem como um problema estrutural.

Em seu cotidiano, as pessoas que não têm contato com manifestações culturais como a dança, o teatro, celebrações religiosas, museus etc. são as que mais apresentarão dificuldades na absorção de conceitos. Quando a criança ou o adolescente já tem essa perspectiva cultural bem apropriada, seu entendimento se dá

exponencial e espontaneamente, ao passo que sua desenvoltura pode ser comprometida pela não compreensão dos saberes que estão no seio de sua família, as celebrações que são feitas em seu bairro, as formas de expressão que são produzidas em sua cidade ou os lugares de importância cultural de seu município. Quais as formas de fazer com que a cultura – em seu sentido mais abrangente – chegue a todos os lares brasileiros é uma questão que vem sendo tratada institucionalmente em várias propostas, mas a educação patrimonial vem alertar-nos para a cultura que não precisa ser “encontrada”, e sim que já se faz presente. Dessa forma, a conscientização da própria identidade se torna aparato essencial para a apreensão de conceitos e é esse tipo de ação que devemos trazer à tona em nossas atividades.

É percebendo essa necessidade latente de nossa sociedade que a forma de se trabalhar com patrimônio vem se aproximando das múltiplas manifestações culturais, gerando um contínuo processo de apropriação e valorização. Esse desafio, portanto, nos dá um retorno muito satisfatório, pois trabalhar esse diálogo de apropriação do conhecimento de forma que quem participa da oficina se entenda como ser criador e reproduzidor de cultura, resulta no perceptível avanço sobre essa compreensão. O sujeito que participa de uma oficina como esta tem seus olhos voltados para as subjetividades que o mundo nos apresenta e, numa relação antropofágica, consome o que é produzido por outros seres humanos e se entende como produtor de cultura, que será também reapropriada. Esse sentimento de identidade, aliado à educação enquanto mediadora é fundamento imprescindível para a perpetuação desse saber que se desdobra em atitudes de preservação e valorização dos patrimônios culturais.

Neste sentido, é necessário que seja feito um trabalho cuidadoso e atento às particularidades do público alvo das oficinas, buscando ressaltar bens culturais relacionados à sua realidade. A linguagem nessa situação possibilita a redução do distanciamento cultural fomentado pela institucionalização da preservação que segrega os bens de real significado para a sociedade, principalmente quando se trata de pequenas comunidades. O modo como trabalhar essa comunicação deve ser pensado do mesmo modo como em geral tratamos os bens culturais: de forma subjetiva. A linguagem utilizada com crianças e adolescentes para a abordagem sobre patrimônio, deve ser clara e adequada a determinado contexto, levando em conta que a própria característica da educação patrimonial se dá muito mais com os sentidos e

com as subjetividades do que por uma orientação tecnicista e emoldurada.

É preciso que as atividades trabalhem com as diversas capacidades do aluno e que eles sintam que a sua produção naquela atividade significa tanto quanto o conteúdo teórico da mesma. Trabalhar educação patrimonial falando sobre celebrações, formas de expressão, lugares e não apresentar isso de uma forma lúdica e envolvente, impede muitas vezes que os alunos se apropriem destes significados. Esse método também supera o conteudismo das aulas que, de forma cristalizada e disciplinatória, não dialoga com a realidade e interesse dos estudantes. Usar da música, de ilustrações, dos seus desejos individuais de preservação e dos conhecimentos sobre a cultura local é, portanto, essencial para que seja feita essa aproximação entre a realidade e os conceitos relativos ao patrimônio. Uma vez entendidas essas relações durante a apropriação do conhecimento, a reprodução desse conteúdo e a produção própria de saberes fazem sentido e fluem com naturalidade.

A democratização de espaços que se propõem a trabalhar com essa temática é essencial para que se altere a relação passiva de reconhecimento do patrimônio causada por ritos metodológicos e conceituais institucionalizados. Assim, ao Estado “caberia criar mecanismos de escuta apurada e canais que possibilitem a participação da sociedade em todo o processo de preservação e salvaguarda do seu patrimônio cultural”⁶, e a estes lugares que podem envolver escolas, museus, arquivos, centros de memória e de cultura, o papel de promover o empoderamento e autonomia do cidadão produtor de bens culturais.

É preciso frisar também que todos os espaços de socialização têm em sua essência uma potencialidade educadora e é onde pode ocorrer esse compartilhamento de saberes de forma mais intrínseca e legítima. A educação patrimonial vem, nesse sentido, evidenciar e incentivar o entendimento sobre essas práticas, ultrapassando o viés pragmático da história e expandindo as delimitações histórico-sociais numa eterna remodelagem cultural que permeia nossa existência em espaços e tempos diferentes.

O PATRIMÔNIO ENQUANTO CONSTRUÇÃO COLETIVA

Quando falamos de patrimônio cultural, a ideia inicial que se tem perpassa por um caminho construído pela história e tradição,

⁶ Ibidem, p.90

no qual apenas monumentos, e objetos advindos de uma elite possuem significação cultural para a maioria. Ao ensinarmos as dimensões do patrimônio é necessário exercitar uma prática em que a cultura comunitária de cada indivíduo seja o ponto de partida para a educação, que deve ser muito mais construção coletiva de um saber que propriamente um conjunto de teorias verbalizadas por um interlocutor que por uma razão ou outra possui um arcabouço teórico sobre o tema. A educação patrimonial deve servir a mecanismos de ensino que fomentem a construção comunitária dos saberes, e não a métodos instrutivistas.

Uma das principais características do ser humano é se realizar enquanto pessoa ao entorno de uma comunidade de iguais e, nesse sentido, o reconhecimento dessa comunidade como parte da história individual deve preceder do entendimento teórico das diversas faces do patrimônio. Os atores sociais devem participar ativamente da identificação do seu patrimônio, que sempre se dá e se constrói de forma coletiva, na história compartilhada por indivíduos de um mesmo grupo que se identificam diante daqueles elementos nos quais se faz sua cultura. Quando se pensa na realização de oficinas de educação patrimonial, é necessário antes de tudo buscar entender o outro como sujeito cultural, construtor e perpetuador do patrimônio. Por mais adversas que sejam as realidades de cada um, é identidade do ser humano a cultura. Nesse sentido, é necessário desenvolvermos um olhar apurado sobre o outro, possibilitando que a história construída por ele se torne norte na realização de toda e qualquer intervenção acerca do patrimônio.

Quando o assunto é patrimônio cultural, não existe apenas uma versão sobre as coisas. As pessoas podem ter diferentes informações sobre uma mesma referência cultural e, dependendo das suas relações com a referência, podem até ter visões contrárias sobre ela. Quanto mais informações e versões forem obtidas, mais profundo será o reconhecimento sobre a referência, os seus significados e a importância para as pessoas.⁷

É inerente à cultura ocidental ressaltar e privilegiar a história das grandes elites, que por sua vez construíram grandes monumentos arquitetônicos e ditaram uma cultura vertical. Porém,

⁷ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2016, p.15.

quando pensamos no todo do patrimônio cultural, seria injusto não ressaltar as inúmeras manifestações artísticas, religiosas e celebrativas existentes no seio das mais diversas comunidades, que possuem inúmeros saberes e muitas vezes não são entendidas como protagonistas na construção do que é considerado por elas patrimônio. E é nesse sentido que a educação patrimonial deve atuar, fazendo parte desse processo construtivo que incorpora os bens comunitários e não os vê apenas como produtos.

A cultura se forja no contexto humano e minimizá-la a determinados grupos provoca uma espécie de crise identitária no reconhecimento da atuação do homem. Dentre os elementos que constroem a cultura de uma comunidade está seu patrimônio e um olhar sensível e comprometido para com o outro é critério fundamental para auxiliá-los a entender que seus saberes são dotados de importância e merecem ser resguardados.

Com isso, as oficinas devem levar o interlocutor a entender a importância do patrimônio de maneira que a matéria não supere o saber, que a valorização do objeto, dos lugares e das celebrações não ultrapasse o entendimento que deve antes de tudo protagonizar o sujeito que dá sentido a tais manifestações culturais. A valorização e conservação do patrimônio devem acontecer salvaguardando primeiramente os valores e não os bens em si, clarificando, assim, que o valor de um patrimônio se dá primeiramente na mensagem que ele passa. O indivíduo é o único responsável por dar sentido às práticas culturais e ao patrimônio construído. Sem a valorização humana quaisquer desses não passariam de coisas e atos corriqueiros do decorrer histórico vividos.

Quando se pensa o patrimônio e nele é possível vislumbrar a mensagem que alguém quer ou quis passar, é necessário ter em mente que aquela manifestação faz parte de uma construção sociocultural que diz respeito a toda comunidade. Reconhecer-se como parte do coletivo em que se dá o patrimônio é essencial para que ele seja compreendido essencialmente.

O patrimônio cultural tem importância para muita gente, não só para um indivíduo ou uma família. Dessa maneira, o patrimônio cultural liga as pessoas. É sempre algo coletivo: uma história compartilhada, um edifício ou lugar que todos acham importante, uma festa que todos participam, ou qualquer outra coisa em torno da qual muitas pessoas de um mesmo grupo se identificam. O patrimônio cultural faz parte da vida das pessoas de uma maneira tão profunda, que algumas

vezes elas não conseguem nem mesmo dizer o quanto ele é importante e por quê. Mas caso elas o perdessem, sentiriam sua falta. Como, por exemplo, a paisagem do lugar da infância; o jeito de preparar uma comida; uma dança; uma música; uma brincadeira.⁸

Nesse sentido, a implantação das oficinas vem ao encontro de todos os sujeitos que de uma maneira ou outra constroem também a cultura como um todo. Levar cada indivíduo a refletir o patrimônio e se entender como parte dele é sem dúvidas o principal papel que a oficina desempenha. Esse patrimônio, muitas vezes, possui uma ligação tão profunda com as pessoas, que elas não conseguem dimensioná-la e é nesse momento que as oficinas entram em suas vidas e criam, junto a cada um, métodos que possibilitem a conservação daquele patrimônio que está intimamente ligado às suas vidas. Não é objetivo das oficinas impor ou ditar um ou outro patrimônio, as oficinas são propostas justamente num caminho contrário, que valoriza o saber do outro e constrói junto com o outro as dimensões que precisam ser resguardadas no reconhecimento do seu patrimônio cultural.

METODOLOGIA E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Sabemos que atualmente a educação brasileira passa por um tempo em que se faz necessária a busca de práticas educacionais inovadoras, que resgatem e fomentem o interesse dos estudantes, facilitando a apreensão e o desenvolvimento pessoal de cada um deles. Nesse sentido, optamos em nossas oficinas por uma metodologia mais participativa que expositiva, que leve em conta os saberes que cada um possui, que crie espaços de diálogo e busque sempre caminhos de inclusão (especialmente das minorias), que fomentem o diálogo e a decisão conjunta. Buscamos ainda caminhos educativos que fujam ao “tradicionalismo”, mas sempre entendendo que para o alcance de um desempenho profícuo é essencial o desenvolvimento de uma reflexão teórica propedêutica, que sirva de ferramenta para o alargamento de uma prática muito mais completa.

As oficinas de educação patrimonial devem possibilitar a seus interlocutores uma nova visão cultural que leve em consideração

⁸ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2012, p.12.

as mais diversas práticas, saberes e ofícios, desenvolvendo em todos e todas um novo olhar acerca da cultura, levando-os a entendê-la como construtora de saberes e identidades. É nesse sentido que o ato de educar para o patrimônio possibilita uma nova alternativa aos sujeitos, levando-os a refletir sobre a educação de uma maneira muito mais lúdica e prática, na qual o outro pode ser considerado também protagonista da história e da cultura. As atividades que propomos em cada uma das oficinas têm por missão, ainda, mostrar que a aproximação das pessoas com monumentos e com objetos de relevância histórica e cultural é essencial, no entanto, somado a isso, nossa proposta de intervenção quer levá-los a refletirem sobre as mais diversas maneiras de se fazer e “ser” na cultura, possibilitando uma compreensão muito mais abrangente, que faça com que entendam, na realidade de sua comunidade local, perspectivas culturais que possuem em si, narrativas que dizem da história daquele lugar, superando, assim, uma perspectiva vertical e elitista na qual a problemática do patrimônio cultural está inserida.

As perspectivas de uma educação para o patrimônio, embora trabalhada de maneiras distintas da prática corriqueira que as escolas propõem, têm como foco principal a crescente necessidade de valorização dos bens históricos e patrimoniais da sociedade hodierna, fazendo com que os estudantes entendam que a Educação Patrimonial possibilita o despertar de uma consciência da necessidade de registro, reconhecimento e valorização do patrimônio cultural, bem como, permite o entendimento da identidade pessoal que cada indivíduo alcança em seu contexto histórico-social, clarificando que também a comunidade local é um lugar de construção cultural onde os mais distintos indivíduos podem se encontrar e coletivamente construir saberes que possibilitam o estabelecimento de uma cultura abrangente que mesmo em suas diferenças convivem entre si e fomentam a criação das características do todo comunitário.

A educação é, simultaneamente, uma determinada teoria do conhecimento posta em prática, um ato político e um ato estético. Essas três dimensões estão sempre juntas – momentos simultâneos da teoria e da prática, da arte e da política, do ato de conhecer a um só tempo criando e recriando, enquanto forma os alunos que estão conhecendo.⁹

⁹ FREIRE, 1987, p.110

O desenvolvimento da prática pedagógica no trabalho de educação patrimonial está intrinsecamente associado à experiência estética e política que o patrimônio cultural fomenta em cada um de nós. O fato de desenvolvermos tal trabalho principalmente com escolas de zonas periféricas nos possibilita notar o grande afastamento dos sujeitos em relação às manifestações culturais corriqueiras da cidade. Despertá-los para a cultura que até então é entendida por eles de maneira elitista é de fato um árduo trabalho de lapidação do macro conceito que o termo cultura abrange.

Com isso, pensamos com cuidado em cada uma das atividades de interação que nossas oficinas abrangem e as associamos à teoria em que acreditamos para assim chegarmos a uma metodologia mais abrangente e que estivesse em consonância com as necessidades das realidades em que nos inserimos. Trataremos então, aqui, dos Mapas de Percepção e da Árvore do Patrimônio que foram as atividades que produziram os maiores documentos e registros daqueles que participaram das oficinas.

MAPAS DE PERCEPÇÃO

Aplicar os mapas de percepção tem se tornado tarefa fundamental nas oficinas de educação patrimonial. Levar em conta o conhecimento de cada indivíduo é caráter norteador para uma construção coletiva e efetiva de saberes. Quando se pensa no patrimônio histórico de uma cidade, ou nos bens tombados pelas instituições de salvaguarda, os indivíduos são levados a perceber a relevância cultural da comunidade a partir de uma história que não está intimamente ligada com sua trajetória de vida, assimilar o passado e as manifestações culturais com um olhar de pertencimento não é uma atitude comum em uma sociedade que protege e registra individualmente o seu patrimônio.

Nesse sentido, quando se introduz a dinâmica dos mapas mentais, o ouvinte é levado a se entender como parte de um todo que é construído por seus pares, e percebe nessa construção a interferência que ele próprio é capaz de fazer quando denota àquilo algum significado para si. Desenhar ou escrever mapas de percepção torna cognoscível o patrimônio que antes era entendido apenas na distância dos monumentos e na frieza dos ritos tradicionais. Desvendar o mítico olhar que não entende as práticas corriqueiras como saberes dotados de dignidade permeia a visão que se deve ter ao ministrar as oficinas. Conscientizar sobre o patrimônio partindo dos saberes que cada um possui é uma tarefa fundamental

na construção democrática do reconhecimento de práticas que, por sua vez, deveriam ser entendidas como parte da riqueza cultural.

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se desvela a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em estar frente à realidade assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens.¹⁰

Aplicar os mapas de percepção e posteriormente analisá-los requer um extremo cuidado, visto ser necessário levar em conta o contexto sociocultural dos indivíduos, entendendo que ali há possíveis respostas para a atuação e construção de novos saberes coletivos. Segundo Richter (2010), os mapas mentais são registros de uma representação do conhecimento humano ao longo do tempo que expressam, pela linguagem cartográfica, as interpretações sobre o meio que vivem aqueles que os elaboram.

Assim sendo, passemos agora para a análise de quatro mapas mentais selecionados nas oficinas ministradas pelo Centro de Memória. Tais mapas foram elaborados durante a 14ª Semana de Museus, realizada entre os dias 16 e 20 de maio de 2016.

ANÁLISE DOS MAPAS DE PERCEPÇÃO



Estudantes do 1º período de Pedagogia da UEMG – Unidade Divinópolis

Este mapa foi produzido na oficina de educação patrimonial realizada com o curso de Pedagogia da instituição a pedido de seus docentes. Partindo da realidade desses graduandos, é interessante percebermos que a assimilação do tema se dá juntamente do seu arcabouço teórico, e as multifaces do patrimônio vêm ao encontro da realidade intelectual que eles estão construindo e podem ser utilizadas nas práticas de sua formação. Em se tratando do curso de Pedagogia, notamos a atenção que foi dada às práticas infantis como bens culturais importantes que também podem agir sobre a sociedade gerando identidades e significações; bens que são compartilhados e perpetuados para além de delimitações espaciais e temporais. Ressaltar brincadeiras e jogos que possuem uma tradição nos leva a perceber versatilidade do patrimônio cultural que leva em conta não somente a sua utilização e reprodução, mas também a forma como é feito e entendido pela comunidade. Podemos apreender neste mapa o valor redescoberto dos saberes culturais que são retomados durante a oficina e que, muitas vezes, provavelmente, estariam defasados na memória dos estudantes. A partir daí há a compreensão e valorização de que práticas culturais, por menores que pareçam, têm lugar no conjunto cultural comunitário.



*Estudantes do ensino médio da E. E. Santo Tomaz de Aquino,
Divinópolis – MG*

Neste mapa percebemos uma valorização de um tema muito importante ressaltado nas oficinas, que é a paisagem cultural. Há uma mistura entre paisagem, monumento construído e saber, que

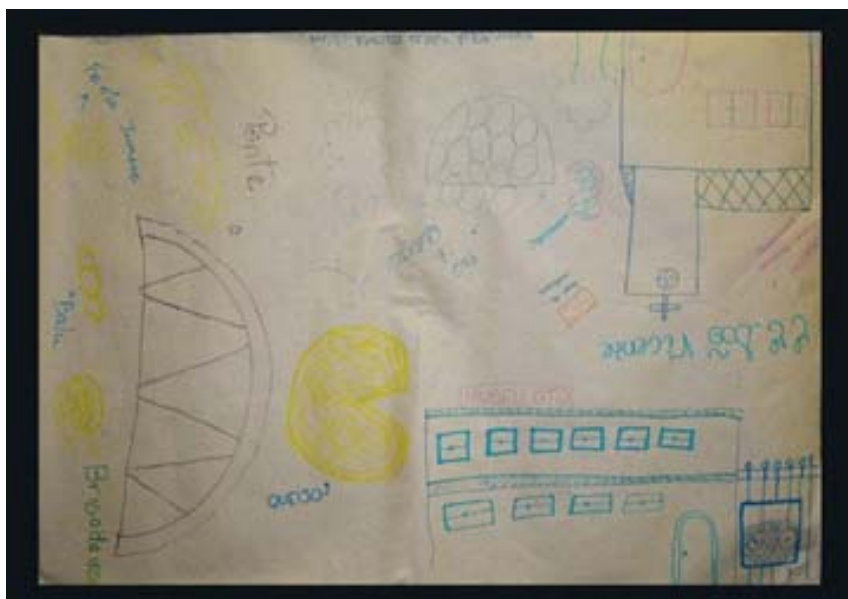
juntos dizem sobre toda uma realidade social. Facilmente identificada como uma típica comunidade rural da região centro-oeste de Minas Gerais, este mapa apresenta uma identificação daqueles que vivenciam esse ambiente e reconhecem nele o seu patrimônio. A religiosidade comumente ressaltada nos diversos mapas através da representação de igrejas nos conta muito sobre o quanto a realidade cultural de tais comunidades parte da atividade promovida por meios religiosos. A igreja é sinônimo de encontro, partilha e celebração, é ao seu redor que se dão as manifestações artísticas e culturais da comunidade. Outro fator essencial a ser notado diz sobre a realidade socioeconômica representada através do animal e do mercado. Esses saberes e práticas que fazem a economia local girar e que movimentam toda a vida dos indivíduos relacionados, justificam fundamentalmente essas atividades como patrimônio.



*Estudantes do ensino fundamental da E. E. Santo Tomaz de Aquino,
Divinópolis - MG*

O terceiro mapa nos revela um fator interessante citado neste artigo que é a linguagem. Dentre todos os patrimônios representados, percebemos o tom descontraído que diz sobre a identidade desses indivíduos e como as atividades patrimoniais podem seguir este mesmo viés. No turbilhão tecnológico hodierno, o excesso de informação vem ao encontro dos anseios informativos inerentes

à adolescência. As redes sociais, bem como os canais de informação *online* são realidades presentes para os autores deste mapa. A fala introdutória da oficina somada a esse contingente informacional nos permite analisar o bom desempenho no processo de assimilação dessa atividade. É nesse sentido que, ao explicar o tema, usar de exemplificações que aguçam o conhecimento prévio desses jovens, contribui para que se obtenha um resultado satisfatório. As diversas informações perpassam pelo pão de queijo, bem cultural presente no cotidiano dos mineiros; pelas maracas, instrumentos que aqui se apresentam de forma muito original; o ônibus utilizado como transporte público na cidade de Divinópolis; frases e gírias como “*carimba que nós é top*” que também dizem sobre a identidade cultural dos estudantes.



Estudantes do ensino médio da E.E. São Vicente, Divinópolis – MG

O último mapa contém representações corriqueiras nas oficinas de educação patrimonial e nos traz uma reflexão muito interessante. A representação de patrimônios construídos é muito comum por refletir, muitas vezes, a concepção de patrimônio instituída no senso comum. As construções e monumentos ditam, por vezes, uma concepção verticalizada de patrimônio, onde os saberes populares são desconsiderados e a visão elitizada de cultura delimita essa apropriação. Chamamos a atenção para este ponto, mas não podemos deixar de reconhecer os outros bens representados

e muito menos depreciar a valorização deste tipo de patrimônio, inclusive, chama-nos atenção a representação do “Museu GTO”. Trata-se de um local onde estão reunidas esculturas de um membro da comunidade, Geraldo Teles de Oliveira, que possuía o saber de esculpir em madeira a realidade local e suas vivências. Tal local ser ressaltado pelos estudantes nos comunica a compreensão do lugar enquanto patrimônio e enquanto perpetuador de bens culturais.

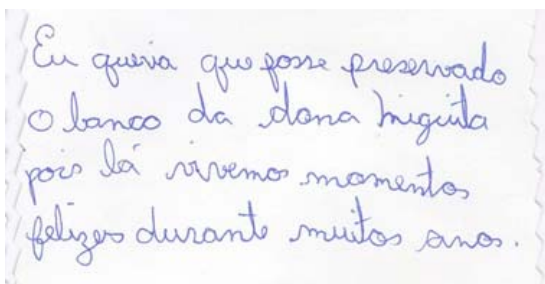
ÁRVORE DO PATRIMÔNIO

Para finalizar a oficina de educação patrimonial é essencial estar disposto a absorver a sensibilidade provocada pela associação de um novo entendimento do patrimônio. Nesse sentido, quando optamos por criar como atividade final, a Árvore do Patrimônio, tivemos como entendimento primordial que se fazia necessário valer-se da emoção que o novo conhecimento provocara nos participantes da oficina. Usar da representação simbólica da árvore que muito diz sobre preservação, conhecimento e a vida em si facilita aos ouvintes perceberem que também o patrimônio faz parte de um todo e, assim como o conhecimento, a preservação do patrimônio significa resguardar sua própria cultura.

A “Árvore do Patrimônio” é construída daquilo que a oficina despertou no participante sobre o tema. Colocar os anseios em um lugar destinado a eles provoca uma reação quase mística nos participantes – escrever os sonhos de um futuro que conserve a identidade e a cultura passa a fazer sentido em suas vidas. Pensar o futuro do patrimônio somado à experiência sensorial de encostar-se ao galho da árvore e depositar ali seus desejos provoca em diversos participantes, recordações e memórias que para eles deveriam ser perpetuadas na prática cultural das futuras gerações.

Passemos agora para a análise de alguns bilhetes selecionados entre aqueles que foram afixados na “Árvore do Patrimônio” durante as oficinas ministradas pelo Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis na 14ª Semana de Museus, realizada entre os dias 16 e 20 de maio de 2016.

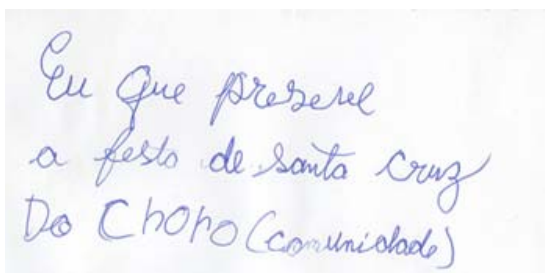
ANÁLISE DOS BILHETES DA “ÁRVORE DO PATRIMÔNIO”



Eu queria que fosse preservado
o banco da dona Ingrida
pois lá vivemos momentos
felizes durante muitos anos.

*Estudante do ensino fundamental da E. M.
Otávio Olímpio de Oliveira, Divinópolis - MG*

Neste bilhete notamos a valorização de um bem imaterial através de um bem material. Esse intercâmbio pode ser percebido em diversas situações já que todo lugar é dotado de importância através de significados subjetivos. A vontade de se preservar esse bem diz sobre a especificidade de um banco que não é um banco qualquer, é um banco que representa a vivência e a subjetividade de todos que compartilham momentos neste lugar. É neste sentido que devemos reconhecer a importância do patrimônio imaterial como manifestação de identidade que se dá através de representações culturais presentes em nosso cotidiano.

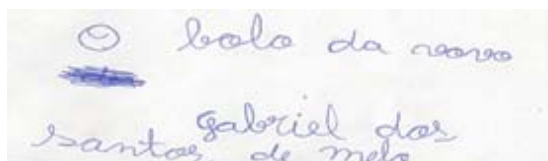


Eu que preservei
a festa de Santa Cruz
Do Choro (comunidade)

*Estudantes do ensino fundamental da
E. E. Miguel Couto, Divinópolis - MG*

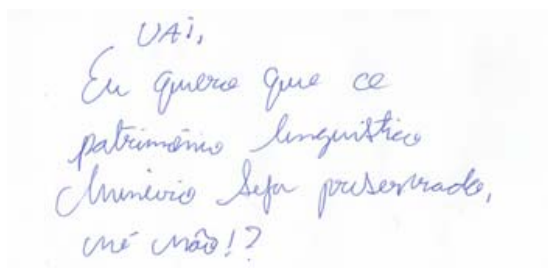
A Festa de Santa Cruz, celebração presente no calendário litúrgico, é reconhecida em todo território nacional e é muito valorizada por todos que partilham de seu significado, que envolve ainda outros patrimônios, como saberes e formas de expressão. Neste bilhete, notamos duas informações importantes, a especificidade da festa da comunidade rural do Choro, em Divinópolis, e o fato do estudante em questão ter reconhecido este como seu

patrimônio a ser preservado. Moradores da região dão depoimentos de que cada vez mais o número de pessoas jovens na realização da festa vem diminuindo e, neste sentido, é muito importante notar esse reconhecimento. Essa celebração caracteriza a vida sócio-histórica dessa comunidade e é com muita satisfação que constatamos o resultado positivo dessa oficina representado no interesse de perpetuação desse patrimônio.



*Estudante do ensino fundamental da
E. M. Benjamim Constant, Divinópolis,
comunidade de Buritis – MG*

Notamos aqui, novamente, a representação de um patrimônio imaterial presente em um patrimônio material. Mas o estudante, ao falar do bolo preparado por sua avó, se diferencia do “banco da Dona Niquita” por não se tratar de um bolo específico, mas da especificidade de um saber. O bolo de sua avó pode ser reproduzido diversas vezes em situações espaciais e temporais diferentes, mas o saber, neste caso, é único e individual. Além disso, esse patrimônio, com certeza, reflete toda uma sociabilidade que é criada em seu entorno, como a relação entre familiares, conversas, aprendizados e sensações. É importante ressaltar que esse bem, além de ser compartilhado pela subjetividade, tem a possibilidade de registro formal para que seja preservado.



*Estudante do ensino médio da E. E. Vigário José
Alexandre, Carmo do Cajuru - MG*

Neste bilhete está explícita a intenção de preservação do patrimônio linguístico, algo tão caro à preservação patrimonial.

Muitas vezes, este tipo de patrimônio passa despercebido para a população, mesmo que seja tão perceptível nossa variação linguística em um território tão amplo. Nossa língua, composta por variedades dialéticas, morfológicas e fonéticas, identifica as diversas regiões nacionais e ainda se desdobra em tantos outros dialetos locais que representam o modo de vida de determinada comunidade. A oralidade vem sendo cada vez mais reconhecida na História como fonte documental de grande importância e, neste sentido, a língua compartilhada por uma sociedade ganha essa mesma relevância de registro para a identificação cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização das oficinas de Educação Patrimonial é, sem dúvidas, um desafio, no entanto seus resultados nos encorajam a entender a necessidade dessa prática. Quando a escola, o museu ou um centro de memória entende a necessidade de construir coletivamente políticas de salvaguarda do patrimônio, as oficinas são excelentes ferramentas que possibilitam fomentar uma consciência da importância do seu reconhecimento. Ao realizarmos oficinas de educação patrimonial temos o privilégio de conhecer indivíduos dos mais diversos lugares e entender, na simplicidade de cada olhar curioso, um patrimônio que de fato ultrapassa a intelectualidade dos livros de tombamento e registro. Auxiliar o outro a perceber que sua prática de vida conta e constrói um patrimônio que se registra e realiza no cotidiano representa um apanejamento que cumpre o papel de auxiliar na perpetuação natural do patrimônio na vida de cada um.

Entendemos que trabalhar Educação Patrimonial nos impõe a necessidade de uma formatação metodológica diferenciada, nos permitindo, através de uma pedagogia inovadora, trabalhar essas questões que não são apresentadas em um conteúdo padronizado e formalizado na educação básica. Para isso, nossas oficinas partiram da conscientização que as atividades propostas deveriam envolver a realidade dos sujeitos e de sua comunidade para que então se inicie uma construção de conhecimento que de fato tenha sentido na vida dos estudantes.

Por fim, fica aqui nosso encorajamento a todos aqueles que se interessam, de uma maneira ou outra, pela salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro a realizar oficinas e outras práticas que auxiliem na sua preservação e manutenção. Ainda, incentivamos os profissionais de áreas afins a construir, a partir do plural

entendimento de patrimônio cultural, uma educação que seja transdisciplinar e, nesse sentido, possamos juntos entender as multifaces para o estabelecimento profícuo de práticas que protejam e facilitem a livre perpetuação de nosso patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, Mario & GOUVEIA, Inês. *Museologia social: reflexões e práticas* (à guisa de apresentação). In: Cadernos do CEOM – Ano 27, n. 41 – Museologia social.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3a ed. São Paulo: Centauro, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 42 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Educação museal: experiências e narrativas*. Brasília, DF: Ibram, 2012. (Prêmio Darcy Ribeiro 2010).

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Educação museal: experiências e narrativas*. Brasília, DF: Ibram, 2012. (Prêmio Darcy Ribeiro 2009).

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Educação museal: experiências e narrativas*. Brasília, DF: Ibram, 2012. (Prêmio Darcy Ribeiro 2008).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento de Identificação e Documentação. *Manual de Aplicação – Inventário Nacional de Referências Culturais*. Brasília, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf>. Acesso em: 02/07/17.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação Patrimonial: orientações ao professor*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialOrientacoesAOProfessor_ct1_m.pdf>. Acesso em: 02/07/17.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_ManualAtividadesPraticas_m.pdf>. Acesso em: 02/07/17.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

NACIONAL. *Educação Patrimonial*: manual de aplicação Programa Mais Educação. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_m.pdf>. Acesso em: 02/07/17.

MUSAS – *Revista Brasileira de Museus e Museologia*, n.6, 2014. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, 2014, ano VII. Plano Nacional Setorial de Museus – 2010 -2020: Diretrizes, estratégias, ações e metas. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010.

RICHTER, Denis. *Raciocínio geográfico e mapas mentais: a leitura espacial do cotidiano por alunos do Ensino Médio*. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2010.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. *Educação e Patrimônio Cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação*. Revista produção online. [on-line]. n 19. São Paulo: USP, 2015. Disponível na Internet: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/90786>>. ISSN 1980 - 4466.
